

MANIFESTO CONTRA PLP 257/2016 E PEC 241/2016

A FRENTE MINEIRA DE DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, um coletivo de entidades de servidores, trabalhadores e movimentos populares, vem manifestar-se contra o Projeto de Lei – PLP 257/2016 e contra a Proposta de Emenda Constitucional – PEC 241/2016.

O argumento de fazer a **renegociação da dívida** dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios não pode significar redução de serviços públicos prestados à população, suspensão de concursos públicos, congelamento salarial e demissão de servidores, venda do patrimônio público, aumento da contribuição previdenciária dos trabalhadores e dos servidores ativos, aposentados e dos pensionistas, aumento da idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres, dentre outras agressões.

Que dívida é essa?

Na década de 1990, por imposição do FMI, a União refinanciou a dívida dos estados, do DF e dos municípios sob condições abusivas: correção monetária pelo IGP-DI, mais juros nominais de até 9% ao ano e parcelas vinculadas a 13% da receita corrente dos entes.

Estas condições do contrato levaram à seguinte situação:

Dívida dos estados com a União no período 1999 a 2014

Valor original dos contratos de refinanciamento.....	R\$ 112,8 bilhões
Pagamentos efetuados no período de 1999 a 2014.....	R\$ 246 bilhões
Saldo devedor em 2014.....	R\$ 422 bilhões

Conclusão: a dívida já foi paga duas vezes e ainda faltam 4 vezes o valor contratado.

Veja, por exemplo, o caso de Minas Gerais: em 1998, a dívida de Minas era de R\$ 13 bilhões. Desde então, o Estado já pagou mais de R\$ 40 bilhões e ainda deve R\$ 73 bilhões de reais à União.

Agiotagem oficial

O valor correspondente a 13% da receita corrente dos estados, do DF e dos municípios não é suficiente para pagar os juros mensais e abater a parcela do capital. Então, o saldo devedor do mês se incorpora ao principal gerando mais dívida. Esta é a fórmula ilegal de juros compostos, ou cobrança de juros sobre juros, que transformou a dívida em uma bola de neve.

Por isso, antes de qualquer renegociação nós, brasileiros, temos o direito de saber **que dívida é essa?** Devemos investigar os valores negociados, as cláusulas pactuadas nos contratos e a finalidade da dívida contraída. **Sem uma auditoria, esta dívida é obscura e ilegítima**, portanto não pode determinar corte de serviços públicos, arrocho salarial, aumento das contribuições previdenciárias.

Não vamos admitir cortar salários e reduzir serviços para sobrar mais dinheiro para os bancos e rentistas.

A PEC 241 pretende acabar com os limites constitucionais mínimos destinados à SAÚDE e EDUCAÇÃO

A Constituição Federal determina que 25% do total da receita dos estados e municípios sejam aplicados na Educação e 12% na Saúde. A PEC 241/2016 quer acabar com esta vinculação. **Tudo para sobrar mais dinheiro para entregar a bancos e rentistas.**

Por 20 anos, a PEC 241/2016 vai congelar todo o custo com saúde, educação, transporte público, moradia, segurança, saneamento, portos, aeroportos, estradas, pesquisa científica e tudo que seja serviço ou investimento público.

O orçamento federal proposto para 2016 reserva R\$ 1,356 trilhão para os gastos com a dívida pública, o que corresponde a 47% de tudo o que o país vai arrecadar com tributos, privatizações e emissão de títulos. Este valor representa, por exemplo, mais de 13 vezes os recursos para a saúde, 13 vezes os recursos previstos para educação ou 54 vezes os recursos para transporte e confirmam, de forma incontestável, o privilégio do Sistema da Dívida.

Os deputados federais que apoiam o PLP 257 e a PEC 241 querem:

- Retirar recursos da saúde e educação para entregar a banqueiros
- Suspender concursos públicos, congelar salários e demitir servidores
- Acabar com a previdência pública
- Aumentar a idade mínima para aposentadoria
- Aumentar a contribuição previdenciária cobrada dos trabalhadores, aposentados e pensionistas para 14%
- Destruir o patrimônio público

E tem mais: com recursos dos impostos pagos pelo povo brasileiro, querem que o Tesouro Nacional seja avalista dos grandes monopólios nacionais e estrangeiros nos seus investimentos no exterior e, na surdina, querem que o Banco Central pague juros para a sobra de caixa dos bancos privados.

POR ISSO somos contra o PLP 257 e a PEC 241 e conclamamos os parlamentares mineiros e os cidadãos a se manifestarem contra essa agressão aos seus direitos e à destruição dos serviços públicos:

- Defendemos a renegociação da dívida que garanta a soberania nacional, preserve o pacto federativo e atenda às necessidades da população.
- Defendemos a redução dos juros e a geração de empregos.
- Defendemos os direitos trabalhistas e previdenciários da população da cidade e do campo.
- Defendemos a melhoria dos serviços públicos:
 - Educação, com mais escolas e professores valorizados
 - Saúde de excelência para todos
 - Transporte barato e de qualidade
 - Moradia digna e saneamento básico

O Governo Federal quer estrangular os Estados e municípios, ignora o pacto federativo, massacra os servidores públicos, amplia a política de arrocho e desemprego. Os governadores e prefeitos não podem aceitar a chantagem e serem cúmplices dessa tragédia.

NÃO AO PLP 257/2016

NÃO À PEC 241/2016

Frente Mineira de Defesa dos Serviços Públicos

